

Na Justiça, S.Caetano promete melhorias na assistência social

Ação movida pelo Ministério Público aponta para falta de servidores e cursos para jovens em medida socioeducativa

Depois de o Ministério Público (MP) de São Caetano mover ação civil pública para que a Prefeitura melhore a estrutura dos serviços de assistência social, o governo de José Auricchio Junior (PSDB) fez promessas à Justiça.

De acordo com parecer do MP, cursos serão oferecidos para jovens que cumpram medidas socioeducativas, por exemplo.

“A Prefeitura se comprometeu a oferecer, no primeiro e segundo semestres de cada ano, três cursos profissionalizantes junto ao sistema S aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e em acolhimento, ofertando, ainda, o Programa Agente Jovem semestralmente, consignando-se a necessidade de alteração legal para a reserva de vagas semestrais em tal programa”, disse em trecho de manifestação da promotora Janine Rodrigues de Sousa Baldomero.

A Câmara de São Caetano será notificada da ação para que tome medidas para alteração de legislação a fim de ampliar as vagas pa-



DE OLHO. Prefeitura de São Caetano se movimentou depois de MP entrar com ação na Justiça

ra os jovens nos cursos profissionalizantes.

“Observa-se que o Município de São Caetano apresentou as listas de funcionários do Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) destinados a cada setor, estando pendente verificação a ser realizada pela Drads (Diretoria Regional de As-

sistência e Desenvolvimento Social) quanto à adequação dos programas municipais de média complexidade quanto a recursos humanos e materiais e horário de atendimento”, citou a promotora.

De acordo com o documento, a lista apresentada pela Prefeitura de São Caetano consta que o Muni-

cípio tem 15 servidores destinados ao serviço de abordagem social de pessoas em situação de rua, por exemplo.

SOLICITAÇÃO

O juiz da 1ª Vara Criminal da Infância e Juventude de São Caetano, Alexandre Moron de Almeida, encaminhou ao Drads solici-

tação para que envie documentação sobre programas sociais.

“Pelo presente, solicito as providências necessárias para que apresente relatório de adequação dos programas municipais de média complexidade quanto a recursos humanos e materiais e adequação do horário de atendimento, especialmente o serviço de abordagem social de crianças e adolescentes em situação de rua.”

POSSÍVEL MULTA

Se os problemas na estruturação dos serviços de assistência social forem confirmados no trâmite processual, o prefeito Auricchio e o secretário de Assistência Social, Thiago Mata, poderão ser multados diariamente em R\$ 5 mil.

É o valor que pede o MP na inicial da ação, como forma de lembrar os servidores públicos sobre a necessidade de cumprimento das leis. Essa cobrança só será feita – por meio de decisão judicial – caso o governo deixe de cumprir as exigências feitas pelo Ministério Público. **da Redação**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Página:** 1